26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

REVISTA ERÓTICO-CULTURAL COMO DISPOSITIVO INFORMACIONAL DAS DISSIDÊNCIAS: O CASO DA FALO MAGAZINE

EROTIC-CULTURAL MAGAZINE AS AN INFORMATION DEVICE OF DISSIDENCES: *THE CASE OF FALO MAGAZINE*

Raphael Augusto dos Santos – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)
Lucas Gatto Covello – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /(UNESP) – Campus Marília
Joyce Mirella dos Anjos Viana – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)
Paula Regina Dal'Evedove – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo analisa a Falo Magazine como dispositivo de mediação de repertórios dissidentes, investigando como a revista representa e faz circular discursos sobre nudez masculina, erotismo e sexualidades dissidentes. Para tanto, a pesquisa, exploratória, qualitativa e documental, examina 15 edições publicadas entre março de 2023 e novembro de 2025, por meio da análise de conteúdo, com o emprego de categorias analíticas. Os resultados indicam que a revista organiza capas, editoriais, seções, entrevistas, imagens e textos como práticas documentárias que deslocam o falo e a nudez masculina do campo exclusivo da obscenidade para os domínios da arte, memória, saúde, crítica social e conhecimento. Observou-se, ainda, a ressignificação de práticas associadas ao desvio, como pornografia, fetiche, *cruising* e ecosexualidade. Conclui-se que a Falo produz regimes próprios de visibilidade, ampliando repertórios informacionais sobre corpo, prazer, dissidência e reconhecimento cultural. A contribuição evidencia documentos eróticos como objetos legítimos para a Ciência da Informação contemporânea crítica.
Palavras-chave: Falo Magazine; sexualidades dissidentes; regimes de visibilidade; erotismo.

Abstract: This article analyzes Falo Magazine as a cultural-informational document and as a device for mediating dissident repertoires, investigating how the magazine represents and

circulates discourses on male nudity, eroticism, and dissident sexualities. This exploratory, qualitative, and documentary research examined 15 issues published between March 2023 and November 2025 through a critical documentary analysis guided by thematic-discursive-informational categories. The results indicate that the magazine organizes covers, editorials, sections, interviews, images, and texts as documentary practices that displace the phallus and male nudity from the exclusive field of obscenity to the domains of art, memory, health, social critique, and knowledge. The analysis also identified the resignification of practices associated with deviance, such as pornography, fetish, cruising, and ecosexuality. It concludes that Falo produces its own regimes of visibility, expanding informational repertoires on the body, pleasure, dissidence, and cultural recognition. The study highlights erotic documents as legitimate objects for contemporary critical Information Science.
Keywords: Falo Magazine; dissidente sexualities; regimes of visibility; eroticism.

1 INTRODUÇÃO

Longe de se restringir ao foro íntimo ou à mera facticidade da biologia, a sexualidade constitui um território de disputas simbólicas, regulado por discursos e regimes de informação que historicamente operaram na classificação e na hierarquização de corpos e desejos. Como demonstra Foucault (1976), o sexo e o corpo não habitam um espaço de natureza pura, mas são moldados por uma explosão discursiva e por dispositivos biopolíticos que, a partir do século XIX, passaram a gerir a vida da população.

Essa engrenagem de controle social e institucional, longe de apenas reprimir, produziu e ordenou as identidades modernas através da lógica binária de normalização. Rubin (1984) elucida que as sociedades ocidentais estruturaram um sistema de estratificação, uma verdadeira pirâmide de valor sexual, cujo objetivo é traçar fronteiras rígidas que delimitam a "normalidade" legitimada e empurram para a margem o "desvio" patológico. O que costuma ser tratado como a essência mais espontânea e privada do indivíduo revela-se, na verdade, como um dos campos mais sofisticados de controle e governabilidade.

A produção social do desvio não se restringe ao plano abstrato dos discursos morais, médicos ou jurídicos; ela se materializa em práticas informacionais que classificam, nomeiam, arquivam e indexam corpos, autorizando ou interditando formas de existência. Sob essa ótica, os processos de normalização sexual configuram-se como dinâmicas de ordenamento informacional, na medida em que dependem de uma infraestrutura de documentos, vocabulários, registros e dispositivos de circulação para definir quais desejos e identidades ganham visibilidade ou legibilidade social.

Conforme aponta González de Gómez (2012), a informação não circula de maneira neutra, mas emerge de arranjos entre sujeitos, instituições, regras e padrões de organização que expressam e constituem assimetrias socioculturais. Nesse cenário, leis, códigos e práticas institucionais participam diretamente da definição daquilo que adquire o direito de circular e ser reconhecido, sobretudo, do que deve permanecer à margem (Braman, 2004).

Publicações voltadas à nudez, ao erotismo e às sexualidades dissidentes podem ser compreendidas não apenas como produtos de entretenimento adulto, mas como documentos culturais que organizam visualidades, repertórios e formas de leitura sobre corpos, desejos e identidades. Estudos sobre revistas de diversidade sexual indicam a potência analítica desses materiais ao evidenciar que capas, imagens e ensaios fotográficos participam da produção de sentidos sobre gênero, nudez, masculinidade e sexualidade, especialmente quando tomados como materialidades discursivas atravessadas por circulação, leitura e disputa simbólica (Nascimento, 2019). Ao problematizar a relação entre corpo, imagem e mídia, tais abordagens deslocam essas publicações do lugar de objetos menores ou comerciais para compreendê-las como suportes nos quais se inscrevem disputas em torno da visibilidade sexual.

Sob esse prisma, revistas erótico-culturais devem ser compreendidas como materialidades editoriais que selecionam, organizam, produzem e fazem circular repertórios que, muitas vezes, permanecem à margem dos circuitos institucionais de legitimação cultural e informacional. Nesses suportes, o erótico deixa de funcionar apenas como estímulo visual ou mercadoria de consumo e passa a operar como objeto de mediação simbólica, capaz de articular memória, pertencimento, crítica social e disputa por reconhecimento. O corpo, por sua vez, não aparece apenas como superfície exposta ao olhar, mas como vestígio interpretável de relações históricas, estéticas, políticas e afetivas.

A Ciência da Informação tem ampliado suas discussões sobre gênero, sexualidades, interseccionalidades, teorias críticas, feministas, *queer*, relações de poder e resistências. Contudo, revistas erótico-culturais, pornográficas, *queer*, alternativas ou de circulação subcultural, apesar de registrarem práticas, linguagens, visualidades e disputas em torno do corpo e do desejo, raramente são tomadas como objetos centrais para pensar representação, mediação, memória e regimes de visibilidade na área.

Nessa perspectiva, parte-se do entendimento da revista Falo Magazine como dispositivo de mediação de repertórios dissidentes. Nesta ótica, sua função não é apenas mostrar corpos nus, mas construir condições para que esses corpos sejam lidos, contextualizados e reconhecidos em sua complexidade estética, política, histórica, sexual e informacional. A revista transforma o falo e a nudez masculina em objetos informacionais, interpretáveis e circuláveis, retirando-os do campo exclusivo da obscenidade e inscrevendo-os em redes de arte, memória, saúde, crítica social e pertencimento.

Portanto, a materialidade editorial da Falo Magazine constitui um objeto de pesquisa relevante para a Ciência da Informação, em que documentos erótico-culturais podem atuar como espaços de produção, organização e circulação de conhecimento. Ao estruturar seus conteúdos em seções, paratextos, imagens, entrevistas, notas, arquivos, chamadas e textos explicativos, a revista produz uma prática documentária que torna visíveis repertórios historicamente marginalizados. Nesse processo, a Falo Magazine não apenas representa sexualidades dissidentes, mas participa da mediação de seus sentidos, oferecendo ao leitor formas de nomear, compreender, historicizar e reconhecer corpos e práticas que outros regimes informacionais tendem a silenciar, censurar ou reduzir à obscenidade.

Nessa perspectiva, o objetivo do estudo é compreender como a Falo Magazine seleciona, organiza e faz circular repertórios visuais e discursivos sobre nudez masculina, erotismo e sexualidades dissidentes. Para tanto, assume caráter exploratório, qualitativo e documental, tomando como corpus 15 edições publicadas entre março de 2023 e novembro de 2025, analisadas de forma censitária. O universo abrange a totalidade de edições lançadas no período, visto que a revista adota periodicidade bimestral com hiato editorial nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, somando exatamente cinco publicações anuais (março, maio, julho, setembro e novembro).

2 SEXUALIDADES, NORMALIZAÇÃO E PRODUÇÃO SOCIAL DO DESVIO

A compreensão da sexualidade como campo de normalização exige deslocar o olhar de uma concepção naturalizante do sexo para uma abordagem histórica, discursiva e política. Em vez de tratar corpos, desejos e práticas sexuais como realidades evidentes em si mesmas, é necessário observar os modos pelos quais eles passam a ser produzidos, nomeados, regulados e hierarquizados em determinados contextos sociais. Nessa direção, Foucault (1976) mostra que a modernidade não apenas proibiu ou silenciou o sexo, mas

produziu uma verdadeira economia discursiva em torno dele, fazendo-o circular por instâncias de confissão, medicina, pedagogia, família, demografia e Estado.

A produção discursiva da sexualidade implica, portanto, operações de classificação e normalização. Em Foucault (1976), o sexo torna-se objeto de um dispositivo que não apenas incita discursos, mas também registra, examina, compara e administra condutas, prazeres e práticas, inscrevendo-os em regimes de verdade e intervenção. Miskolci (2009), ao discutir a distinção entre normalidade e desvio social, reforça que o normal não é um dado natural e evidente, mas resultado de discursos e práticas sociais que medem, classificam e disciplinam os indivíduos. Corpos, desejos e práticas sexuais não são desviantes em si mesmos; tornam-se desviantes quando inscritos em dispositivos de saber-poder que os nomeiam, hierarquizam e submetem a procedimentos de correção, patologização, silenciamento ou exclusão.

O processo de rotulação das sexualidades dissidentes encontra uma de suas bases históricas na consolidação do saber médico-psiquiátrico do século XIX, período em que se intensificou a delimitação entre práticas sexuais consideradas normais e aquelas classificadas como perversões. Como aponta Silva (2018, p. 3311), a partir de uma lógica centrada na reprodução, aquilo que não encontrava justificativa biológica “passou a ser enquadrado como perversão”. Esse movimento contribuiu para que práticas como o sadismo e o masoquismo fossem classificadas como desvios sexuais e, ao longo do século XX, convertidas em patologias e transtornos mentais. Desse modo, a dissidência sexual foi historicamente submetida a regimes de nomeação e classificação que transformaram diferenças eróticas em objetos de diagnóstico, regulação e controle.

Essa lógica classificatória ganha maior densidade quando observada a partir da hierarquia sexual discutida por Rubin (1984). Para a autora, as sociedades ocidentais organizaram uma escala de valor sexual na qual determinadas práticas são legitimadas como boas, naturais, saudáveis e respeitáveis, enquanto outras são associadas à perversão, ao perigo, à promiscuidade, à obscenidade ou à ameaça moral. No topo dessa hierarquia situam-se sexualidades heterossexuais, conjugais, monogâmicas, reprodutivas, privadas e socialmente reconhecidas; nas margens práticas não reprodutivas, relações não monogâmicas, sexualidades comerciais, expressões pornográficas, fetiches, práticas sadomasoquistas e experiências dissidentes do corpo e do desejo.

Saeed (2017) permite adensar essa discussão ao problematizar a própria inteligibilidade da dissidência sexual em contextos pós-coloniais. Para a autora, as sexualidades dissidentes não podem ser compreendidas apenas pela adoção de categorias ocidentais estabilizadas de identidade e reconhecimento. Ao contrário, a sexualidade deve ser analisada em sua articulação com colonialidade, raça, nacionalidade, imperialismo e regimes de representação, uma vez que determinados corpos e desejos tornam-se inteligíveis ou ininteligíveis conforme os enquadramentos epistemológicos que os classificam. Essa perspectiva é relevante para este estudo porque permite compreender a Falo Magazine não apenas como espaço de exposição de corpos dissidentes, mas como dispositivo que produz condições de inteligibilidade para sexualidades, práticas e visualidades deslocadas para o campo da obscenidade, do exotismo ou do desvio.

A discussão sobre normalidade e desvio sexual pode ser adensada pela noção de cisheteronormatividade enquanto regime que articula, de modo indissociável, a naturalização da heterossexualidade e da cisgeneridade. Rosa (2020) argumenta que a heteronormatividade pressupõe a cisnormatividade, uma vez que a organização social do desejo heterossexual depende, antes, da leitura dos corpos como binários, cisgêneros e anatomicamente inteligíveis. Assim, o desvio não se produz apenas em relação ao desejo, mas também em relação às formas corporais e identitárias que escapam da correspondência esperada entre sexo, gênero e sexualidade. Ressalta-se que o termo “desvio” não é empregado neste estudo como julgamento moral, mas como categoria histórica e analítica que permite interrogar os modos pelos quais determinadas sexualidades são produzidas como ilegítimas, perigosas, obscenas ou socialmente indesejáveis.

A permanência dos processos de estigmatização das sexualidades dissidentes não se restringe aos dispositivos normativos que regulam a sexualidade, mas também se reproduz na memória social e nos modos coletivos de reconhecer, narrar ou silenciar determinadas existências. Barreto (2021, p. 485) observa que essa marginalização decorre da “perpetuação de uma lógica normatizada/higienizada de sexualidade que vem permitindo a aceitação da LGBTQfobia por diversos grupos e sociedades sem questionamentos”. Diante desse cenário, sujeitos e coletividades dissidentes constroem estratégias de sobrevivência, sociabilidade e reconhecimento capazes de deslocar suas vivências dos enquadramentos regulatórios que tradicionalmente as associam à patologia, à vergonha ou à ilegitimidade.

É nesse ponto que a noção de cisheteronormatividade amplia a compreensão dos processos de estigmatização. As estratégias de sobrevivência e reconhecimento construídas por sujeitos dissidentes não emergem em um vazio social, mas como resposta a uma ordem que naturaliza a correspondência entre sexo, gênero, corpo e desejo, ao mesmo tempo em que corrige ou deslegitima aquilo que escapa dessa matriz. Ao aproximar a cisheteronormatividade da noção de instituição total, Rosa (2020) indica que a sociedade produz formas de modelagem subjetiva orientadas à naturalização de identidades cisgêneras e heterossexuais, operando por mecanismos de reforço, punição e correção. Essa leitura permite compreender que a normalização sexual não atua apenas pela proibição explícita, mas por processos contínuos de adaptação, vigilância e constrangimento das condutas corporais e identitárias. O desvio, nesse sentido, não é apenas nomeado pela norma; ele é administrado por práticas sociais que buscam domesticar aquilo que escapa à correspondência esperada entre corpo, gênero e sexualidade.

Essa discussão permite compreender que a distinção entre normalidade e estigma não é uma separação fixa entre grupos homogêneos. O estigma opera como processo relacional, em que as posições de normal e estigmatizado são produzidas quando normas de identidade deixam de ser cumpridas. Essa perspectiva impede tratar o sujeito dissidente como portador natural de uma diferença depreciativa, deslocando a análise para como expectativas sociais e interações produzem lugares de aceitação ou descrédito. Desse modo, normalidade e desvio não são essências individuais, mas posições instáveis acionadas pelas normas de cada contexto (Goffman, 1975).

2.1 SUBCULTURAS SEXUAIS E REGIMES DE VISIBILIDADE DAS DISSIDÊNCIAS

A subcultura refere-se ao estilo de vida de uma minoria no interior de uma sociedade ampla, marcado por tensões com a cultura dominante, mas também por autonomia, solidariedade e identidade (Lima; Mott, 2022). No campo das sexualidades, essa perspectiva demonstra que sujeitos marginalizados não são apenas objetos de classificação externa, mas produtores de repertórios simbólicos e modos próprios de reconhecimento. Embora Rubin (1984) evidencie que certas práticas são empurradas para zonas de estigma na hierarquia de valor sexual, esses espaços marginais produzem cultura, linguagem e formas autônomas de circulação. Essa dinâmica alinha-se à sociologia interacionista de Goffman (1975, p. 119),

que define os desviantes sociais como indivíduos que “voluntária e abertamente se recusam a aceitar o lugar social que lhes é destinado”, convertendo essa recusa em produção coletiva de sentido e pertencimento.

No caso do BDSM — que engloba o *bondage* (restrição ou imobilização consentida do corpo), Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo —, Silva (2018) observa que sua configuração contemporânea remete ao Movimento Leather das décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos. Formado inicialmente por homens gays que compartilhavam códigos estéticos baseados no uso do couro, masculinidade e disciplina comunitária, o movimento estendeu-se posteriormente a arranjos lésbicos, heterossexuais e mistos. Essas instâncias provam que as subculturas sexuais não assimilam passivamente a patologização; ao contrário, constroem redes de sociabilidade que se materializam tanto em territórios físicos de convivência quanto em suportes culturais, artísticos e editoriais que funcionam como territórios simbólicos de visibilidade e memória (Barreto, 2021). Desse modo, revistas, arquivos, coletivos e redes digitais atuam como dispositivos que ampliam a circulação de repertórios dissidentes.

Sob a ótica da Organização do Conhecimento, Keilty (2012) mostra que as subculturas sexuais produzem nomenclaturas, classificações e códigos próprios em relação tensa com a cultura dominante. Essa dimensão ganha materialidade empírica nas investigações de Silva (2018) sobre o BDSM no ciberespaço, onde papéis, manuais, vestimentas e princípios de segurança estruturam a apresentação de si a partir do consentimento e da negociação de limites. Sob uma perspectiva macropolítica, esse ordenamento comunitário reflete a sexopolítica de Preciado (2011), funcionando como reapropriação ativa de posições marcadas como anormais. As subculturas sexuais configuram campos simbólicos e informacionais alternativos de resistência nos quais corpos e desejos elaboram formas autônomas de existir e tornar-se visíveis.

A visibilidade dessas dissidências não é automaticamente emancipadora, pois pode submeter corpos a enquadramentos de consumo e controle do olhar. Ao discutir o Manifesto Contrassexual, Preciado (2016) propõe desnaturalizar as categorias fixas de sexo, gênero e sexualidade como efeitos de dispositivos sociopolíticos. A contrassexualidade resiste à normalização ao deslocar o prazer do privilégio do órgão sexual masculino para outras zonas e experimentações corporais. Sob a perspectiva informacional, Keilty e Leazer

(2018) advertem que a interação com documentos eróticos exige modelos amplos de busca e uso da informação, pois envolve afeto, desejo e experiência estética, transcendendo a mera recuperação cognitiva de dados.

Nascimento (2022) estende essa lógica ao universo das revistas, demonstrando que imagens corporais não são elementos meramente ilustrativos, mas materialidades discursivas que organizam modos de ver, ler e significar a nudez. Assim, a análise de publicações eróticas e dissidentes exige observar como a visibilidade é construída e sob quais códigos visuais ela circula entre o consumo e a disputa simbólica. É nessa ampliação dos espaços de sociabilidade que as revistas eróticas operam como legítimos dispositivos de mediação cultural e informacional. Ao reunirem imagens, textos, entrevistas e ensaios em uma materialidade compartilhada, essas publicações organizam, narram e disponibilizam a públicos específicos saberes e afetos dissidentes que poderiam permanecer dispersos, consolidando o suporte impresso ou digital como um autêntico dispositivo informacional.

Em Almeida Júnior (2015), a mediação da informação envolve ações de interferência nos espaços informacionais, voltadas à apropriação da informação pelos sujeitos. Gomes (2020), por sua vez, compreende a mediação como processo consciente e multidimensional, articulado a dimensões dialógicas, estéticas, formativas, éticas e políticas, orientadas ao protagonismo social. Para este estudo, interessa especialmente a dimensão estética da mediação, pois ela permite compreender que os sentidos informacionais não se produzem apenas pela transmissão de conteúdos, mas também por experiências sensíveis, simbólicas e relacionais capazes de reconstruir saberes, sujeitos e pertencimentos. Nesse horizonte, imagem, corpo e visualidade não aparecem como elementos acessórios da informação, mas como formas pelas quais sujeitos e coletividades elaboram modos de reconhecer-se, narrar-se e disputar presença social.

Essa compreensão aproxima-se da leitura de Fernandes Junior e Nunes (2025), ao articularem mediação da informação e cuidado no contexto das questões de gênero e sexualidade. Os autores destacam que essa relação envolve princípios como escuta, acolhimento, compromisso com as realidades dos sujeitos informacionais, linguagem acessível, curadoria crítica e práticas simbólicas de inclusão. Desse modo, a mediação deixa de ser entendida apenas como operação técnica de acesso ou transmissão e passa a ser compreendida como prática social, ética e política, capaz de criar condições para que

experiências historicamente marginalizadas sejam reconhecidas, interpretadas e compartilhadas.

No caso da Falo Magazine, a mediação informacional não se limita à circulação de conteúdos sobre sexualidade, mas opera na disputa pelas próprias condições de legibilidade do erótico. O que está em jogo não é apenas a presença de corpos e desejos dissidentes em uma publicação independente, mas o modo como esses corpos e desejos passam a ser organizados como matéria interpretável, memorável e socialmente disputável. Ao deslocar a mediação dos espaços institucionais clássicos para uma materialidade erótico-cultural, o objeto exige ampliar a compreensão sobre onde a informação se produz e por quais meios ela se torna sensível. Nesse movimento, imagem, corpo, prazer e dissidência deixam de ser elementos periféricos ao campo informacional e passam a ser compreendidos como formas pelas quais sentidos são mediados, tensionados e inscritos na vida pública.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, qualitativa e documental, orientada por uma análise crítica da Falo Magazine, compreendida como publicação erótico-cultural e documento informacional. O caráter exploratório decorre da presença incipiente, na Ciência da Informação, de estudos sobre revistas eróticas, nudez masculina e sexualidades dissidentes. A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar os modos de representação e circulação de sentidos da publicação, considerando dimensões verbais, visuais e paratextuais inacessíveis por indicadores quantitativos. A análise documental é crítica porque não toma as edições como registros neutros, mas como materialidades atravessadas por relações de poder, regimes de informação e disputas de visibilidade. A revista é tratada, assim, como objeto documental complexo, no qual texto, imagem, design e circulação atuam de forma articulada na produção de sentidos sobre corpos, desejos e dissidências.

O corpus da pesquisa é composto por 15 edições da Falo Magazine publicadas entre março de 2023 e novembro de 2025. Trata-se de uma coleta censitária no interior do recorte temporal definido, uma vez que foram analisadas todas as edições identificadas e disponibilizadas no site oficial da revista nesse período. A coleta foi realizada em 15 de março de 2026. O recorte contempla três anos consecutivos de publicação, correspondendo a cinco edições por ano. Embora a revista se apresente como bimestral, sua periodicidade

efetiva, no intervalo analisado, correspondeu a edições publicadas nos meses de março, maio, julho, setembro e novembro.

A escolha do período de 2023 a 2025 justifica-se por abranger a produção recente da revista em uma sequência editorial contínua, permitindo observar recorrências temáticas, permanências editoriais, deslocamentos discursivos e variações nos modos de representação de corpos, nudez, erotismo e sexualidades dissidentes. Não se trata, portanto, de amostragem aleatória ou ilustrativa, mas de recorte temporal intencional, com coleta integral das edições disponíveis no período definido, adequado ao objetivo de compreender como a publicação organiza regimes de visibilidade em sua materialidade editorial.

A unidade de análise contempla cada edição da revista em sua integralidade, compreendendo capa, editorial, sumário, notas ao leitor, chamadas, seções, ensaios visuais, entrevistas, textos críticos, legendas, elementos gráficos e demais componentes paratextuais. Essa escolha metodológica permite examinar a revista como conjunto documental articulado, evitando isolar as imagens de seus contextos editoriais de produção de sentido. As capas, contudo, recebem atenção particular por funcionarem como sínteses verbo-visuais da proposta editorial de cada edição, condensando temas, corpos, enquadramentos, escolhas gráficas e modos de apresentação pública da revista.

Os procedimentos de análise foram apoiados na análise de conteúdo, conforme Sampaio e Lycarião (2021), utilizada como estratégia de sistematização, categorização e interpretação qualitativa do corpus. O uso desse procedimento não teve finalidade quantitativa, mas organizacional e interpretativa, permitindo ordenar recorrências, comparar edições e identificar padrões de representação. O percurso metodológico desenvolveu-se em quatro etapas articuladas.

Na primeira etapa, foram identificadas e reunidas as edições disponíveis no período delimitado, registrando-se dados básicos de cada publicação, como ano, mês, número da edição e tema predominante. Na segunda etapa, foi elaborada uma planilha de controle documental no *Microsoft Excel*, contemplando metadados bibliográficos, editoriais e iconográficos de cada edição. Entre os campos registrados, incluíram-se metadados bibliográficos, editoriais e iconográficos, tipos de corpos, repertórios sexuais mencionados, enquadramentos discursivos e observações analíticas. Na terceira etapa, realizou-se a leitura

documental e descritiva das edições, considerando elementos verbais, visuais e paratextuais. Essa leitura buscou identificar como a publicação apresenta corpos, nomeia práticas, contextualiza imagens, legitima repertórios eróticos e constrói sentidos informacionais sobre nudez masculina, erotismo e sexualidades dissidentes. Foram observadas, em especial, as relações entre imagem e texto, a centralidade atribuída aos corpos, os modos de exposição da nudez, as referências culturais mobilizadas, os sujeitos representados e os sentidos de pertencimento, desejo, dissidência e visibilidade produzidos pela revista. Na quarta etapa, procedeu-se à interpretação do material à luz do referencial teórico, buscando compreender não apenas o que a revista apresenta, mas como seleciona, organiza, enquadra, legitima, silencia ou torna visíveis determinados repertórios. Essa etapa permitiu relacionar os elementos observados às discussões sobre documento imagético, mediação da informação, regimes de informação, representação documental, visualidades dissidentes e produção social de sentidos.

Este artigo apresenta os resultados relativos à categoria analítica “regimes de visibilidade”, uma das quatro categorias que integram pesquisa mais ampla em andamento. Tal categoria foi construída a partir da observação das recorrências pelas quais a Falo Magazine produz, organiza e tensiona formas de aparição pública de corpos, desejos e sexualidades dissidentes. Neste estudo, compreende-se por regimes de visibilidade o conjunto de escolhas editoriais, imagéticas, textuais e paratextuais que definem quais corpos aparecem, como são enquadrados, que sentidos lhes são atribuídos e de que modo passam a integrar uma memória visual e informacional das dissidências sexuais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao longo do censo das 15 edições, o trabalho editorial transcende a mera exposição de imagens; configura uma prática discursiva, documental e política de seleção, enquadramento e contextualização de repertórios historicamente patologizados ou reduzidos à pornografia. O corpo nu nas páginas da revista não é um dado bruto disponível ao olhar voyeurístico, mas o resultado de uma densa cadeia de mediações, englobando suportes, autorizações, fricções com algoritmos, tecnologias, direitos de imagem e expectativas de leitura, que desestrutura a ilusão de neutralidade documental e organiza as condições de inteligibilidade da nudez masculina e do falo como objetos de interpretação crítica.

As formas de censura e interdição identificadas no corpus revelam a complexidade desses regimes e evidenciam que a visibilidade é uma prática permanentemente negociada e disputada. Na edição de julho de 2023, ao discutir projetos afetados pela censura algorítmica, a revista expõe como as plataformas digitais operam por normas opacas que penalizam e apagam sexualidades não normativas sob o pretexto de "diretrizes comunitárias". Já em julho de 2025, a ocultação de falos no Projeto Santi desloca a questão da moralidade puritana para o campo dos direitos de imagem, do consentimento e da autonomia corporal. Essa negociação entre exposição e proteção materializa a mediação da informação como categoria de cuidado (Fernandes Junior; Nunes, 2025), na qual a curadoria crítica estabelece balizas éticas de salvaguarda sem higienizar a carga erótica.

Essa fricção reitera-se em setembro de 2024 na discussão sobre acervos e disputas de memória LGBTQIAPN+, em que o imperativo de tornar visível exige um rigor documental que observe as condicionantes éticas, jurídicas e patrimoniais da circulação. Essa negociação permanente expõe o caráter condicionado da aceitação social das dissidências, cuja inclusão parcial exige frequentemente que o sujeito estigmatizado suavize a sua diferença para não romper a encenação da normalidade, dinâmica que dialoga com as noções de “aceitação-fantasma” e “normalidade-fantasma” de Goffman (1975), nas quais o ajustamento demanda que o indivíduo desinfete sua singularidade para ser tolerado na esfera pública.

Em contrapartida a essa assimilação higienizada, a revista aciona a memória como um regime reparador e insurgente que organiza genealogias para sexualidades excluídas dos circuitos hegemônicos. Ao resgatar arquivos e trajetórias de artistas como Peter Hujar, Patrick Angus e Domino, a publicação opera ativamente contra o apagamento e recusa a amnésia histórica. Essa função memorial ganha densidade política ao articular sexualidade, doença, violência e morte.

Aqui está o trecho com a redução exata de 3 a 4 linhas, preservando integralmente o estilo da sua escrita, a força política, a densidade analítica e os conceitos centrais: A recuperação de trajetórias ligadas à epidemia de HIV/AIDS, aos arquivos LGBTQIAPN+ e a percursos interrompidos pela homofobia ou pelo adoecimento demonstra que a publicação não apenas celebra o desejo. Há uma documentação rigorosa de perdas, lutos e sobrevivências de dimensão reparadora: ao tornar essas vivências legíveis, preservam-se memórias precarizadas, provando que a memória das dissidências se guarda na carne e que

o erotismo constitui tecnologia informacional contra o esquecimento sistêmico. Essa visibilidade realiza-se, ainda, pelo deslocamento de repertórios tidos como menores — pornografia, fetiche, *cruising*, arte fálica e ecosexualidade —, impedindo sua redução moralizante ao escândalo. Ao enquadrar tais manifestações por textos, entrevistas, ensaios e análises culturais, expandem-se os regimes de leitura de objetos comprimidos, deslocando-os para campos de conhecimento, memória, cuidado e crítica. Entre esses repertórios, o falo constitui o eixo mais disputado do corpus. Longe de aprisionar-se à virilidade cisheteronormativa, o signo desescala do mito da dominação e surge associado a corpos gays, trans, intersexo, pretos, maduros, doentes e performáticos, renascendo como território de vulnerabilidade, fetiche, tabu e invenção. A edição de setembro de 2025 explicita as contradições desse regime ao contrapor a censura do órgão genital no corpo dissidente à naturalização de formas fálicas na arquitetura urbana. Demonstra-se a hipocrisia da norma: o falo é tolerado quando erigido em concreto como símbolo de poder urbano, político e civilizatório; contudo, no corpo vivo de um homem gay, preto ou dissidente, é interditado e removido da circulação pública. Legitimado como monumento, mas punido como carne, o órgão torna-se chave de leitura das estruturas sociais que distribuem a legitimidade de modo desigual.

Simultaneamente, a dimensão da saúde desloca essa disputa para outro campo de mediação. Nas edições de novembro de 2023, 2024 e 2025, o corpo masculino é articulado ao cuidado, à prevenção do câncer de próstata e testículo, à saúde mental e à higiene genital. O falo, nesse percurso, deixa de pertencer exclusivamente ao prazer ou à pornografia e passa a ser tratado como matéria de saúde pública e responsabilidade corporal. Ao abordar a anatomia e a prevenção em linguagem direta, crua e provocativa, a revista hakeia o discurso clínico tradicional e produz informação acessível sobre temas silenciados pela masculinidade hegemônica, conferindo à visibilidade erótica uma função sanitária, pedagógica e emancipatória.

Além de organizar repertórios sobre anatomia e desejo, a publicação constrói visibilidade por narrativas de pertencimento. Ao expor entrevistas que relatam vergonha, repressão religiosa e homofobia internalizada, tais vivências deixam de ser biografias individuais e compõem um repertório compartilhável de reconhecimento. A mediação informacional assume dimensão afetiva, política e descolonizadora: o leitor não acessa

apenas imagens, mas modos de nomear experiências, compreendendo sofrimentos como construções sociais, e não falhas individuais. Essa dinâmica é potencializada pela circulação digital gratuita e por uma linguagem híbrida entre rigor acadêmico, arte e gíria. Ao diluir preconceitos e barreiras do elitismo, a Falo Magazine afirma-se como dispositivo de insurreição informacional que converte obscenidade em teoria, vergonha em pertença e prazer em direito de existir, reafirmando a materialidade erótico-cultural como território vivo de mediação, memória e conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a Falo Magazine como dispositivo informacional de mediação de repertórios dissidentes, evidenciando como a publicação atua no deslocamento de categorias associadas ao desvio sexual. Práticas e temas como pornografia, fetiche, ecosexualidade, arte fálica e nudez pública são retirados do campo exclusivo da obscenidade e reinscritos na cultura, na memória e no conhecimento.

Ao articular capas, ensaios e textos, a revista transforma subculturas sexuais em repertórios documentais organizados, funcionando como instância não institucional que torna os corpos dissidentes passíveis de leitura, descrição e interpretação. Ao desestabilizar a ideia de desvio como marca moral fixa, o trabalho amplia para a Ciência da Informação o entendimento do que pode ser reconhecido como documento e mediação.

Como limitação, destaca-se que o estudo se concentrou no recorte de 2023 a 2025 e voltou-se à materialidade editorial da publicação, sem incluir a perspectiva de leitores ou da equipe criativa. Pesquisas futuras podem comparar a Falo Magazine com outras revistas erótico-*queer* ou investigar a circulação e a recepção desses conteúdos por diferentes públicos. A principal contribuição deste estudo reside em afirmar que existe informação onde historicamente se apontou apenas excesso, indecência ou ruído. Ao tomar uma revista erótico-cultural como objeto legítimo de investigação, a pesquisa provoca uma virada necessária no olhar da Ciência da Informação: revela que o erotismo e o prazer não são o oposto do documento, mas formas radicais de produção de memória e preservação da vida.

Para o campo da Ciência da Informação, a pesquisa tensiona a pretensa neutralidade dos regimes informacionais e expande os domínios da Organização e Mediação do Conhecimento ao legitimar o corpo, a imagem e a dissidência como objetos densos de saber. Para a sociedade em geral, ao desarmar as barreiras morais e os mecanismos de censura que

incidem sobre corpos e desejos não normativos, o estudo reafirma que a garantia de circulação, visibilidade e salvaguarda dos repertórios *queer* constitui condição essencial para a promoção da justiça informacional, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento de uma cultura verdadeiramente democrática e plural.

A Falo Magazine demonstra que a memória das dissidências não se guarda apenas em arquivos institucionais ou registros textuais sóbrios, mas se inscreve na pele, no desejo, na estética do corpo nu e na ousadia do projeto gráfico independente. Trata-se de reconhecer que a carne e o tesão também organizam saberes. Onde a moralidade histórica operou pelo apagamento e pela censura, o erotismo dissidente surge como uma tecnologia informacional de sobrevivência, um modo de arquivar o direito de existir quando a cultura hegemônica tenta impor o esquecimento. Em última análise, este trabalho convida a Ciência da Informação a desarmar suas barreiras puritanas e expandir sua própria sensibilidade epistemológica. A pergunta central deixa de ser onde o conhecimento está oficialmente catalogado para encarar uma provocação maior: como o campo informacional pode aprender a ler as linguagens do afeto, do corpo e da insubordinação? Ao abrir espaço para o erótico como categoria de mediação e registro, a Ciência da Informação não apenas acolhe as margens, mas reconhece nelas o pulso vivo, político e inegociável da memória social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. Discutindo memória, lugar e identidades sob o prisma das sexualidades dissidentes. **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 480-506, out. 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/113003. Acesso em: 15 maio 2026.

BRAMAN, Sandra. (ed.). **The emergent global information policy regime**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

FERNANDES JUNIOR, Paulo Roberto; NUNES, Martha Suzana Cabral. Mediação da informação como categoria do cuidado: um olhar da biblioteca para a questão de gênero e sexualidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/301/304. Acesso em: 1 ago. 2026.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, Henriette. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047/32518. Acesso em: 31 ago. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/323110. Acesso em: 11 mar. 2026.

KEILTY, Patrick. Subcultural classification. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 39, n. 4, p. 268-280, 2012.

KEILTY, Patrick; LEAZER, Gregory H. Feeling documents: toward a phenomenology of information seeking. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 74, n. 3, p. 462-489, 2018. DOI: https://doi.org/10.1108/JD-09-2016-0113. Acesso em: 17 abr. 2026.

LIMA, Wallas Jefferson de; MOTT, Luiz. Lugares de prazer e subcultura gay na documentação inquisitorial: Lisboa 1556-1695. **História Unisinos**, v. 26, n. 3, p. 448-460, set./dez. 2022. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/25055/60749260. Acesso em: 08 nov. 2026.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma leitura pós-identitária. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?lang=pt. Acesso em: 23 maio 2026.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2019. (Coleção Feminismos Plurais

NASCIMENTO, Lucas. Leitura de imagem da G magazine: maldizer, olhar verdadeiro e insinuações da carne. **Revista Interfaces**, [*s. l.*], v. 12, n. 4, p. 88-103, 2022. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6980. Acesso em: 29 abr. 2026.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: n-1 edições, 2011.

PRECIADO, Paul B. A contrassexualidade como superação das dicotomias de gênero e sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 653-656, maio/ago. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p653. Acesso em: 2 jun. 2026.

ROSA, Eli. Bruno do Prado Rosa. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 59-103, ago. 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171. Acesso em: 16 jun. 2026.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. *In*: VANCE, Carole S. (ed.). **Pleasure and danger**: exploring female sexuality. London: Routledge & Kegan Paul, 1984. p. 267-319.

SAEED, Humaira. Postcolonial sexualities and the intelligibility of dissidence. *In*: RAMONE, Jenni (ed.). **The Bloomsbury introduction to postcolonial writing**: new contexts, new narratives, new debates. London: Bloomsbury Academic, 2017. p. 237-248. Disponível em: https://www.bloomsbury.com/uk/bloomsbury-introduction-to-postcolonial-writing-9781474240109/. Acesso em: 14 jun. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília, DF: Enap, 2021.

SILVA, Vera Lúcia Marques da. Sexualidades dissidentes: um olhar sobre narrativas identitárias e estilo de vida no ciberespaço. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3309-3318, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.18642018. Acesso em: 14 mar. 2026.